

TRINDADE, THIAGO APARECIDO. *PROTESTO E DEMOCRACIA: OCUPAÇÕES URBANAS E LUTA PELO DIREITO À CIDADE*. 1.ED. JUNDIAÍ, SÃO PAULO: PACO, 2017. 300 P. ISBN: 978-85-462-0840-1.

*Emilayne Souto*¹

Fruto da tese de doutorado defendida em 2014 na Unicamp, o livro *Protesto e Democracia: Ocupações Urbanas e Luta pelo Direito à Cidade*, lançado em 2017, de Thiago Aparecido Trindade, professor do Instituto de Ciência Política da UnB e vinculado ao grupo de pesquisa Democracia e Desigualdade (Demodê)², se apresenta como uma obra de envergadura teórica e política extremamente importantes para se analisar as possibilidades de ação dos movimentos sociais urbanos no Brasil contemporâneo.

A tese central do livro é de que, sendo os movimentos sociais intrinsecamente disruptivos, vivemos num momento em que as formas de participação popular precisam necessariamente adotar uma perspectiva mais conflitiva e extrainstitucional. Dentre as muitas conceituações de movimentos sociais, o autor trabalha com a definição de Tarrow (2001), segundo a qual quatro propriedades principais caracterizam os movimentos sociais: desafio coletivo, propósitos comuns, solidariedade social e interação sustentada. Todavia, a sua característica mais fundamental seria a ação coletiva de confronto. Partindo do pressuposto de que as instituições políticas são incapazes de atender as demandas de determinados grupos sociais, resta a estes o confronto, o protesto e a organização política. Neste sentido, no atual contexto de rápida retração democrática do país, no qual torna-se difícil confiar na própria legitimidade das instituições, e os espaços de negociação e diálogo estão cada vez menores, as formas de resistência popular

¹ Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, Graduação em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). <https://orcid.org/0000-0002-0199-3126>

² O Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades – Demodê –, criado em 2001 na Universidade de Brasília, onde opera no âmbito do Instituto de Ciência Política (IPOL), reúne pesquisadores e estudantes que se dedicam a investigar as implicações da convivência entre regras democráticas de gestão da organização política e profundas desigualdades sociais. As linhas de pesquisam “Democracia e capitalismo”, “Democracia e desigualdades racial”, “Democracia e gênero”, “Democracia e ativismo político”, “Representação política e desigualdades” e “Democracia e controle da informação” – refletem a ampla agenda de pesquisa do grupo.

<https://doi.org/10.36311/1982-8004.2020.v13.n2.p125-128>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

dependem da mobilização e da ação nas ruas, para além dos espaços participativos institucionais.

Enquanto quadro analítico, o autor revisita os debates sobre participação política, movimentos sociais e democracia, nos anos de 1980, anos de 1990 e nos anos do Governo Lula para elucidar o processo de institucionalização da participação social na América Latina e no Brasil. Aliada à extensa revisão bibliográfica mais geral, a pesquisa se sustenta a partir de dois pontos específicos: o debate produzido sobre os movimentos de moradia de São Paulo e o trabalho de campo realizado junto às ocupações de imóveis e terrenos ociosos na área central da cidade, com a realização de entrevistas e coleta de dados e de materiais jornalísticos produzidos pelos próprios movimentos estudados. O trabalho de campo consistiu em visitas a ocupação de prédios nas áreas centrais de São Paulo e a participação em debates e seminários organizados pelos movimentos de moradia.

No primeiro capítulo, Trindade aborda os aspectos gerais do debate acerca das teorias democráticas, do elitismo democrático até os debates mais contemporâneos em torno de sociedade civil, participação e construção democrática, nos propondo a refletir sobre um possível deslocamento analítico que passa dos espaços institucionais de participação para a mobilização nas ruas. Finalizando o capítulo, ele elabora ainda uma discussão sobre movimentos e protesto social, apresentando as diferentes formas de interação entre Estado e Sociedade. Se nos anos 1980 os movimentos sociais emergiram como agentes por excelência da transformação social, nos anos 1990, esse lugar coube à “nova sociedade civil” como principal zeladora dos valores democráticos. Nos anos 2000, temos esse lugar do debate teórico ocupado pelo que vem sendo chamado de “novíssimos movimentos sociais” ou movimentos em rede. Trindade observa como houve um forte teor normativo e um crescente de expectativas sobre o papel do ativismo social por parte das análises então elaboradas, que viam os agentes sociais como únicos capazes de tornar a “democracia mais democrática” e tiveram muitas das suas expectativas frustradas devido às aproximações sempre correntes entre os atores civis e a esfera estatal. As análises das interações entre Estado e movimentos sociais se dividiam basicamente entre uma dimensão confrontacional e uma dimensão colaborativa. Os primeiros viam as relações entre Estado e movimentos sociais de forma estritamente conflituosa e dicotômica. Os últimos focavam nas possibilidades de os movimentos influenciarem e atuarem nas políticas estatais por dentro do Estado. Esta última visão foi a que prevaleceu no Brasil com a retomada oficial do regime democrático, fortemente caracterizada pela institucionalização da mobilização social.

O capítulo 2, intitulado “Urbanização, segregação e direito à cidade: a luta pela apropriação do espaço urbano”, inicia-se com a discussão sobre segregação, visto que este é um conceito amplamente utilizado pelas ciências humanas e sociais

aplicadas, mas, segundo o autor, sem o devido rigor conceitual. Citando Flávio Villaça, Trindade define segregação como sendo “um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjunto de bairros da metrópole” (Villaça, 2001, p.142), ou seja, há uma permanente disputa entre as diferentes classes sociais pelas melhores localizações na cidade, questão que é também trabalhada por Mike Davis em sua obra *Planeta Favela*. Na sequência, o autor trabalha o conceito de direito à cidade, a contribuição e a atualidade de Henri Lefebvre, para o qual direito à cidade não se apresenta, sob a lógica reformista, como mais um direito a ser institucionalizado no arcabouço jurídico do Estado capitalista. Para Lefebvre, direito à cidade se refere ao direito à apropriação da cidade, bem diferente ao direito à propriedade tomado como primordial e inalienável na cidade capitalista. O direito à cidade concebe a cidade, a urbanidade, pelo seu valor de uso mais do que pelo seu valor de troca. Direito à cidade, na concepção lefebvriana, se apresenta assim como uma utopia, uma plataforma política radical que tem como base um outro tipo de sociedade urbana. Os conceitos de segregação e direito à cidade servem como subsídios para Trindade demonstrar como o desordenado crescimento urbano de São Paulo e a luta pela moradia popular nas áreas centrais refletem as desigualdades e fraturas sociais inerentes ao padrão de organização espacial das cidades brasileiras.

A partir de dados empíricos e entrevistas realizadas pelo pesquisador, o terceiro capítulo se debruça sobre as ocupações de imóveis ociosos no centro de São Paulo, destacando o contexto histórico e político no qual elas emergem, os impactos destas na opinião pública e os principais resultados (concretos e simbólicos) decorrentes. No que tange ao contexto histórico e político, o autor explicita como surgiu a plataforma política de reforma urbana no Brasil, que congregou diversos movimentos sociais, a partir do Movimento Nacional de Reforma Urbana nos anos 1980, sendo consolidada na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade de 2001. Foi nesse momento que o movimento de moradia na cidade de São Paulo se consolidou como importante ator político. Todavia, apenas a partir do final da década de 1990, quando da ofensiva neoliberal no país – com a implementação de políticas voltadas ao setores privatistas da sociedade, desnacionalização da economia, dismantelamento do aparelho estatal, privatizações e deturpações dos direitos sociais conquistados na Constituição de 1988 -, foi que o processo de ocupação de imóveis ociosos passou a ocorrer de forma mais sistemática nas áreas centrais da cidade. Trindade nos mostra como o movimento de moradia em São Paulo foi capaz de impor uma agenda ao poder público ao questionar abertamente o modelo de urbanização predominante na sociedade brasileira.

No último capítulo, intitulado “Desfazendo o consenso participativo: o conflito instaurado pelas ocupações”, Trindade discute mais acuradamente o argumento central de sua obra: o deslocamento de foco dos espaços institucionais de participação para os

espaços extrainstitucionais. Apresentando o debate sobre a questão da legitimidade e da legalidade das ocupações, o autor reforça que a abertura dos canais institucionais de participação tem como objetivo primordial o amortecimento dos conflitos sociais, e não o seu acirramento. As inúmeras formas de participação institucional têm servido assim fundamentalmente como mecanismos de legitimação do próprio sistema político. A partir de uma análise das diferentes estratégias discursivas elaboradas pelo movimento de moradia, o autor nos impele não a tomar a ação institucional como inválida, mas a questionar o quanto os atores sociais conseguiram avançar a partir de dentro das instituições estatais nas últimas décadas. Avanços pontuais em áreas específicas de políticas **públicas** são inegáveis. Mas, do ponto de vista histórico, as transformações sociais mais significativas sempre vieram do ativismo em seu nível extrainstitucional, da ação coletiva de confronto. Participação no sentido de ter espaço nos processos burocráticos é condição necessária e importante, porém não suficiente, nem pode se tornar uma fim em si mesma.

Quais os rumos da participação institucional no Brasil pós-2016? É com essa pergunta que terminamos as últimas páginas deste livro. Certamente, um dos principais desafios da agenda de pesquisa brasileira sobre democracia, protesto, ocupações urbanas e lutas pelo direito à cidade está em sua capacidade (ou não) de alargar a própria concepção de participação. Para tanto, segundo o autor, faz-se crucial uma aproximação mais estreita entre a teoria democrática e a teoria dos movimentos sociais. Frente ao atual processo que vivemos de esvaziamento da política urbana nacional, Thiago Aparecido Trindade nos deixa assim repletos de inquietações e questionamentos nesta obra de fôlego que aponta os limites da institucionalidade participativa e nos incita a voltar a lutar nas ruas.